



**GOVERNO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRANDUBA**

LEI MUNICIPAL Nº 087/2002 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002.

**INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRANDUBA, faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE

LEI:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a instituir o CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME, criado pelo inciso IV do Art. 200 da Lei Orgânica do Município.

Art. 2º - Para efeito administrativo, o CME fica vinculado a Secretaria Municipal de educação, Cultura e Desportos a qual deverá garantir apoio necessário para o seu funcionamento.

Art. 3º - O CME será composto de 18 (dezoito) membros sendo:

- I - Um (1) representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos;**
- II - Um (1) representante do Poder Legislativo;**
- III - Um (1) representante de entidades da sociedade;**
- IV - Um (1) representante de pais de alunos;**
- V - Um (1) representante das Escolas particulares;**
- VI - Um (1) representante dos Professores Municipais;**
- VII - Um (1) representante do Ensino Público Estadual;**
- VIII - Um (1) representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação - SINTEAM;**
- IX - Um (1) representante da União Estudantil do Município de Iranduba - UESMI;**
- X - Um (1) representante das Escolas Municipais unidocentes;**
- XI - Um (1) representante dos diretores de Escolas Municipais;**

f



GOVERNO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRANDUBA

- XII- Um (1) representante da educação infantil ;
- XIII- Um (1) Representante da Educação de Jovens e Adultos;
- XIV- Um (1) Representante da Cultura ;
- XV- Um (1) Representante das Associações de Pais, Mestres e Comunitários - APMCs;
- XVI- Um (1) representante dos Funcionários e Administrativos da SEMED
- XVII- Um (1) representante da Associação Recreativa dos Trabalhadores em Educação do Município de Iranduba (ARTEMI);
- XVIII- Um (1) representante do Conselho Tutelar do Município de Iranduba.

§ 1º - Cada membro Titular deverá ter um Suplente, que o substituirá ou sucederá, em casos de licença ou impedimento.

§ 2º - Os representantes serão assim escolhidos:

- I - O da Secretaria Municipal de Educação, indicado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;
- II - O do Poder Legislativo será indicado pela Mesa Diretora desse Poder;
- III - O da Sociedade Civil pelas Associações de Moradores junto ao Conselho de Cidadãos;
- IV - Os demais membros por votação direta de seus pares.

§ 3º A nomeação dos membros titulares e suplentes do CME será feita pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação desta Lei;

§ 4º - A função de membro do Conselho, não será remunerada, é considerada de interesse público relevante.

Art. 4º - O mandato de cada membro do CME terá duração de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução.

Art. 5º - São competências e atribuições do CME:

- I - fixar diretrizes para a organização do Sistema Municipal de Ensino, a partir da legislação Federal e Estadual sobre a matéria;
- II - exercer competências delegadas pelo poder público local, em matéria educacional;
- III - propor normas para aplicação dos recursos públicos, em Educação, no Município, tendo em vista a legislação reguladora da matéria;

(Handwritten mark)



GOVERNO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRANDUBA

IV - propor medidas ao Poder Público no que tange ao aperfeiçoamento da execução de suas responsabilidades em relação à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental nos âmbitos urbano e rural;

V - propor critérios para o funcionamento dos serviços escolares de apoio ao educando;

VI - pronunciar-se no tocante à instalação e ao funcionamento de estabelecimento de ensino de todos os níveis situados no município;

VII - estabelecer formas de divulgação de sua atuação; elaborar e alterar o seu Regimento Interno;

VIII - colaborar com os Poderes Públicos Municipais na formulação da política e na elaboração do Plano Municipal de Educação;

IX - zelar pelo cumprimento das disposições constitucionais, legais e normativas em matéria de educação;

X - assistir e orientar aos Poderes Públicos na condução dos assuntos educacionais do Município;

XI - acompanhar a execução dos convênios de ação interadministrativa celebrados entre o Poder Público Municipal e demais esferas do Poder Público ou do setor privado;

XII - acompanhar o funcionamento e prestar assistência técnica, quanto aos aspectos pedagógicos, aos Conselhos Escolares, incentivando a participação da comunidade escolar; articular-se com os órgãos ou serviços governamentais de Educação, nos âmbitos estadual e federal e com outros órgãos da administração Pública e da esfera privada que atuem no Município, a fim de obter sua contribuição para a melhoria dos serviços educacionais;

XIII - articular-se com outros Conselhos Estaduais e Municipais de Educação e outras organizações comunitárias visando à troca de experiências, ao aprimoramento da atuação do colegiado, bem como, à possibilidade de encaminhamento de propostas educacionais de cunho regional;

XIV - articular-se com outros colegiados municipais da área social, visando à proposição de políticas sociais integradas.

Art. 6º - O CME, para o efetivo exercício das competências e atribuições disciplinadas por esta Lei, poderá constituir Câmaras e Comissões Temáticas, definidas por seu regimento interno, cuja

✓



GOVERNO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRANDUBA

composição deverá levar em conta a experiência e o conhecimento técnico de seus integrantes, objetivando a realização de estudos detalhados sobre diversos temas de competência do Conselho.

Art. 8º- Os membros do Conselho Municipal de educação (CME) serão escolhidos, preferencialmente, entre pessoas de reconhecida formação pedagógica e cultural, para garantir o assessoramento técnico na área educacional do Município.

Art. 9º - Imediatamente após a posse, os membros do CME elegerão a sua Diretoria composta de Presidente, Vice-Presidente e Secretário com mandato de 1 (um) ano, permitida uma única recondução para o mesmo cargo.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRANDUBA, EM 30 DE DEZEMBRO DE 2002


JOSE MARIA MUNIZ DE CASTRO
João de Deus Muniz de Castro
PREFEITO MUNICIPAL
C. I. Nº 391.313